

# Reservas perderam US\$ 1 bilhão em novembro

O acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos em torno de um programa de apoio financeiro de US\$ 41,5 bilhões vai à votação hoje, a partir das 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O acordo já obteve parecer favorável do relator e, se aprovado na comissão, deverá ir a plenário amanhã. Ao falar sobre o tema ontem na CAE, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que acordo não pressupõe nenhuma desvalorização abrupta do real. Ao contrário, a política cambial, de desvalorizações graduais, continua, assegurou o ministro.

A continuidade da política cambial, aliás, fará com que a faixa de flutuação da taxa de câmbio (de R\$ 1,12 a R\$ 1,22 por dólar) seja novamente alterada muito em breve, anunciou o ministro. Ele não precisou a data. Mas, pela trajetória estimada nas tabelas anexas ao memorando de entendimento com o FMI, a mudança da chamada banda cambial larga terá que ocorrer antes do final de fevereiro, quando a cotação do dólar terá batido no atual teto de R\$ 1,22.

O ministro também informou, durante o depoimento na CAE, que as reservas cambiais no BC tiveram uma queda de aproximadamente US\$ 1 bilhão em novembro, uma redução equivalente a um terço da verificada em outubro, mês em que o saldo desceu para US\$ 42,385 bilhões de acordo com o conceito de liquidez internacional.

O relator do acordo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB/DF), pretendia submeter seu relatório à votação ontem à noite mesmo, após o depoimento do ministro da Fazenda. Porém, o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) pediu vistas do processo.

O relatório que vai à votação hoje contém um projeto de resolução do Senado, cujo texto "aprova o Pro-

Malan afirma que acordo com Fundo Monetário Internacional não pressupõe desvalorização mais acentuada do real

Mônica Izaguirre e Ricardo Allan Medeiros, de Brasília

## Metas do acordo

(Em milhões de R\$ para 1999)

● Saldo da dívida externa total do setor público não financeiro*	97.675
● Saldo da dívida externa de curto prazo*	43.080
● Reservas internacionais líquidas (piso em dezembro de 1999)	20.000**

Fonte: Memorando Técnico de Entendimento \* Os critérios de desempenho para as metas indicativas serão definidos à época da segunda das seis avaliações programadas para o ano que vem. A segunda parcela do pacote de ajuda será liberada após a primeira avaliação, a ser realizada até dia 28 de fevereiro. A terceira, após a terceira avaliação, que deve ser concluída até 31 de maio. A quarta parcela, após a quinta avaliação, a ser finalizada em 31 de agosto \*\* em milhões de dólares

grama de Apoio Financeiro ao Governo brasileiro", que envolve, além do FMI, o Banco Internacional de Compensações (BIS), o Banco do Japão, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Bird).

Como os empréstimos do BIS e do Banco do Japão ao Banco Central brasileiro envolvem aval do Tesouro Nacional, o texto também "autoriza a elevação do limite para

**Acordo já tem parecer favorável do relator e deve ser submetido hoje à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado**

concessão de garantia pela União, autoriza a União a prestar garantia e autoriza o Banco Central a contratar operações externas de natureza

financeira".

A parcela do BIS, de US\$ 13,28 bilhões, corresponde aos recursos que serão emprestados pelos bancos centrais de 19 países. Dos 20 países participantes do pacote de apoio, só o Japão preferiu um contrato próprio (fora do BIS), no montante de US\$ 1,25 bilhão.

A destinação dos recursos foi um dos principais alvos das perguntas dos senadores ontem ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que compareceu à CAE justamente para defen-

der o acordo. O ministro informou que o dinheiro do Bird e do BID, que vão emprestar cada um US\$ 4,5 bilhões, destina-se a projetos de investimento em áreas sociais.

Já os recursos do BIS e do Banco do Japão, que somam cerca de US\$ 14,5 bilhões, terão como finalidade reforçar as reservas cambiais no Banco Central.

O mesmo destino (reforço de reservas) será dado ao empréstimo do FMI, de aproximadamente US\$ 18 bilhões. Mas não é intenção sacar todo o dinheiro que for colocado à disposição, já que trata-se de um programa de natureza preventiva, ressaltou Malan.

Quanto menos o Brasil precisar usar o dinheiro, maior será o impacto benéfico do pacote sobre as expectativas internacionais em relação ao Brasil.

## Demonstrativo

Um artigo incluído no projeto do relator por sugestão do senador Esperidião Amin (PPB/SC) obriga o governo a encaminhar trimestralmente ao Senado demonstrativo do cumprimento de metas indicativas e critérios de desempenho relativos ao programa.

Os critérios de desempenho são condição para liberação das parcelas

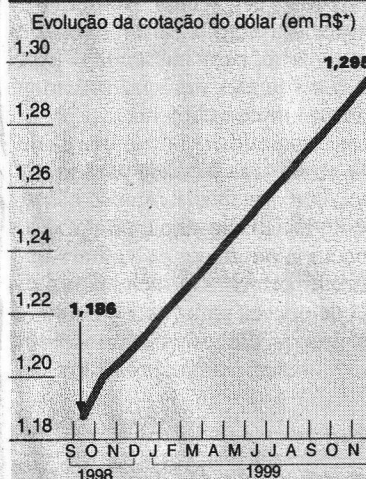
## Resultado das contas públicas

Acumulado (em milhões de R\$)

Período	Nominal*	Primário
01/01 a 31/12/1998	-72.879	5.025*
01/01 a 31/03/1999	-17.145	2.982*
01/01 a 30/06/1999	-28.565	5.907*
01/01 a 30/09/1999	-32.127*	12.604*
01/01 a 31/12/1999	-42.561*	16.344*

Fonte: Memorando Técnico de Entendimento \* Metas indicativas

## Câmbio



Fonte: Memorando Técnico de Entendimento \* Estimativa para dezembro de 1998 e ano de 1999

seguintes do FMI, BIS e Banco do Japão(BOJ). As primeiras, de US\$ 5,3 bilhões (FMI) e US\$ 4,25 bilhões (BIS e BOJ), poderão ser sacadas pelo Banco Central brasileiro assim que o projeto de resolução do senador José Roberto Arruda estiver

aprovado pelo plenário do próprio Senado.

Além da destinação dos recursos, a consistência das previsões sobre balança comercial e a liberdade de fluxo dos capitais voláteis foram os assuntos que dominaram ontem os questionamentos dos senadores ao ministro da Fazenda, na sessão da CAE. O ministro garantiu que a atual política cambial, que é de desvalorizações graduais, não muda, nem no segundo semestre de 1999.

## Explicações

contidas ao pé de uma tabela constante no memorando técnico de entendimento com o Fundo Monetário Internacional informam que as projeções sobre o comportamento da taxa de câmbio no segundo semestre de 1999 "serão revistas no contexto da segunda avaliação (do andamento do programa acertado com o fundo) e, caso necessário, ajustadas".

Pedro Malan disse ser um equívoco

co interpretar que isso signifique possibilidade de alteração da política cambial ou a sua submissão ao cumprimento de metas fiscais. Não há nenhum compromisso ou mesmo acerto com FMI em torno da política cambial ou trajetória da taxa de câmbio, esclareceu o ministro. A tabela apenas traça a trajetória provável da relação entre real e dólar norte-americano.

Pela trajetória imaginada pelo governo, haverá uma desvalorização cambial de 7,47% em 1999. O número é próximo ao de 1998, ano em que o real terá se desvalorizado 7,5% até dezembro, disse o ministro. Malan acha que trata-se de uma desvalorização real "muito significativa", considerando que a inflação está baixa e deverá ser inferior a 2% em 1999.

Por isso mesmo, embora não seja nenhum compromisso, a previsão de um superávit de US\$ 2,8 bilhões na balança comercial do ano que vem

**Dinheiro do BIS e do Japão irão reforçar as reservas. A parte do BID e do Bird será usada em projetos sociais, diz Malan**

é, no entendimento do ministro da Fazenda, perfeitamente consistente com a política cambial atual.

Por trata-se numa virada de

US\$ 7,8 bilhões na balança, que deverá ser deficitária em US\$ 5 bilhões em 1998, a previsão de superávit causou dúvidas quanto à política cambial. Para Malan, porém, não nenhuma inconsistência na combinação das duas coisas porque está havendo também redução do custo Brasil (portos mais baratos, por exemplo) para as exportações, afirmou.